

**GABINETE DO VEREADOR URIAS PINGARILHO – MDB**

PROJETO DE LEI Nº: \_\_\_\_\_/2025

**INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE APOIO E INCENTIVO AO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, aprova e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**  
**DA INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL**

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Santarém, a Política Municipal de Apoio e Incentivo ao Cooperativismo, destinada a fomentar o cooperativismo como instrumento de desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Art. 2º São princípios da Política Municipal de Apoio e Incentivo ao Cooperativismo:

- I – a valorização do trabalho humano e a justiça social;
- II – a promoção da economia solidária, inclusiva e participativa;
- III – o estímulo à autogestão e ao protagonismo comunitário;
- IV – a sustentabilidade ambiental como eixo de desenvolvimento.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS**

Art. 3º Constituem objetivos da Política Municipal de Apoio e Incentivo ao Cooperativismo:

- I – apoiar a criação, expansão e modernização das cooperativas locais;
- II – promover a capacitação técnica, gerencial e social dos cooperados;
- III – fomentar o acesso das cooperativas às políticas de crédito, assistência técnica e inovação;
- IV – assegurar às cooperativas prioridade nos programas de compras públicas municipais, na forma da legislação vigente;
- V – incentivar a comercialização de bens e serviços de cooperativas no mercado local, regional e nacional;
- VI - Propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados em cooperativas, em consonância com o SESCOOP e outros órgãos;
- VII - Estimular a prática cooperativista entre os servidores públicos municipais, apoiando, técnica e operacionalmente, o desenvolvimento de iniciativas de



constituição de cooperativas ou de admissão destes em cooperativas regulares já existentes;

VIII - Reconhecer o ato cooperativo como indicativo do correto tratamento a ser dispensado às cooperativas como modelo societário legítimo e autônomo;

IX – estimular práticas de inclusão produtiva e geração de renda no meio urbano e rural.

Art. 4º Os órgãos da Administração Pública Municipal poderão considerar em seus planos e ações as políticas de apoio e estímulo às cooperativas, em conformidade com suas respectivas atribuições organizacionais e os objetivos declarados nesta Lei, em consonância com o art.174 da Constituição Federal e Legislação pertinente.

Art. 5º As cooperativas, para início de sua operação, devem ser registradas nos órgãos públicos competentes, ou seja, conforme previsão do art. 107 da Lei 5.764/71 e a Lei 8.934/94, garantindo-se a elas tratamento simplificado equivalente ao recebido pelas micro e pequenas empresas, no que se refere à redução de burocracia e ao cumprimento de exigências documentais.

### **CAPÍTULO III** **DOS INSTRUMENTOS DE APOIO**

Art. 5º Para a execução desta Política, o Poder Executivo poderá:

- I – instituir o Programa Municipal de Apoio ao Cooperativismo;
- II – firmar convênios, contratos e parcerias com entidades públicas e privadas;
- III – oferecer incentivos fiscais e tributários, observada a legislação municipal;
- IV – destinar espaços públicos para feiras, exposições e comercialização de produtos cooperativos;
- V – garantir acesso prioritário a programas de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

### **CAPÍTULO IV** **DO CONSELHO MUNICIPAL**

Art. 6º Fica criado o Conselho Municipal de Apoio ao Cooperativismo (CMAC), órgão colegiado de caráter consultivo e deliberativo, vinculado à SEMDEC – Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comércio e Tecnologia que, juntamente com o referido Conselho, definirão as políticas públicas a serem adotadas.

§1º. O CMAC terá composição entre representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada, assegurada a participação de cooperativas legalmente constituídas. Participação do CMAC:





- a. 05 (três) representantes de cooperativas devidamente registradas, conforme Legislação pertinente, com sede no município de Santarém, contemplando, tanto quanto possível, a diversidade dos ramos cooperativistas;
- b. 01 (um) representante do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará - SESCOOP/PA;
- c. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento Econômico, Industrial, Comercio e Tecnologia – SEMDEC;
- d. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação - SEMED;
- e. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA;
- f. 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca - SEMAP;
- g. 01 (um) representante Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/PA;
- h. 01 (um) representante da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária – EMBRAPA/PA.

§2º. Coordenar as políticas de apoio e fomento ao Cooperativismo;

§3º. Acompanhar a elaboração da proposta orçamentária do Município para o Cooperativismo;

§4º. Estabelecer as diretrizes e os programas para alocação de recursos de apoio ao Cooperativismo;

§5º. Fiscalizar a aplicação dos recursos nos programas implementados;

§6º. Elaborar o seu regimento interno e suas normas de atuação;

§7º. Apreciar os projetos apresentados pelas cooperativas e suas entidades de representação que se destinam a buscar recursos bem como eventual apoio aos mesmos;

§8º. Celebrar convênios e outros instrumentos com entidades públicas e privadas, para a execução de projetos de apoio ao desenvolvimento do sistema cooperativista;

§9º. O CMAC se reunirá bimensalmente de forma ordinária e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade justificada;

§10º. O Presidente do CM-COOP será eleito entre todos seus membros, por um período de 1 (Hum) ano, sendo permitida a reeleição por mais um mandato.

§11º. A organização, funcionamento e competências do CMAC serão regulamentados por decreto no prazo de 90 (noventa) dias.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 12º Sem prejuízo das exclusões aplicáveis a qualquer pessoa jurídica, de que tratam a Lei Municipal nº X.XXX, de XX de XXXXXXXX de 202X, e das



especificadas para as sociedades cooperativas em virtude de Leis Federais e Estaduais, as sociedades cooperativas poderão excluir da base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza:

- I - Os ingressos decorrentes de atos cooperativos;
- II - As receitas da venda de bens a associados, vinculados às atividades destes;
- III - As receitas decorrentes da prestação, aos associados, de serviços especializados aplicáveis nas suas atividades, relativos a assistência técnica, formação profissional e assemelhadas; e
- IV - As receitas financeiras decorrentes de repasse de empréstimos contraídos junto a instituições financeiras, para a aquisição de bens vinculados as suas atividades, até o limite dos encargos devidos às instituições financeiras;

Parágrafo único. Para efeito do inciso I do caput, entende-se como ingresso decorrente de ato cooperativo a parcela da receita repassada ao associado, quando decorrente de serviços por este prestado à cooperativa.

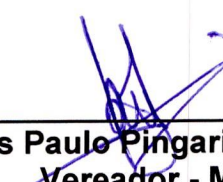
**Art. 13º.** O Município poderá firmar convênio com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo/SESCOOP, SEBRAE, Organização das Cooperativas do Estado do Pará - OCB/PA e outros órgãos, para fins de implementação do disposto nesta lei, alocando recursos financeiros para atingir esta finalidade.

**Parágrafo único.** Deverá a Administração direta e indireta do Município, do Poder Executivo, e do Poder Legislativo, em seus processos licitatórios, convênios, termos de parceria, e cessões, exigir das cooperativas, além dos demais documentos comuns a todos os demais licitantes, convenientes, parceiros e cessionários, a apresentação de comprovação da plena regularidade na OCB/PA, na forma do artigo 107 da Lei Federal nº 5.764/1971, e da Lei Estadual do Cooperativismo.

**Art. 14º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 15º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, Plenário Benedito Magalhães, em outubro de 2025.

  
\_\_\_\_\_  
**Urias Paulo Pingarilho Castro**  
**Vereador - MDB**





**JUSTIFICATIVA.**


O presente Projeto de Lei encontra amparo nos arts. 6º, 11 e 180 da Lei Orgânica do Município de Santarém, que asseguram a promoção do desenvolvimento econômico e social, a valorização do trabalho humano e o incentivo ao associativismo e cooperativismo.

O cooperativismo é um modelo capaz de democratizar o acesso ao crédito, fortalecer a agricultura familiar, dinamizar a economia local e ampliar a inclusão produtiva da população, alinhando-se às vocações econômicas do município nas áreas de agricultura, pesca, extrativismo, comércio e serviços.

A criação da Política Municipal de Apoio e Incentivo ao Cooperativismo permitirá maior integração entre as cooperativas e o Poder Público, fortalecendo mecanismos de apoio técnico, comercial e institucional, bem como assegurando a participação popular através da instituição de um Conselho Municipal específico.

Assim, este Projeto de Lei busca proporcionar um ambiente favorável ao crescimento sustentável, inclusivo e democrático do cooperativismo em Santarém.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Santarém, 06 de outubro de 2025.



---

**Urias Paulo Pingarilho Castro**  
Vereador - MDB